



Polícia Civil prende proprietárias de asilo na RMBH

Durante 13 horas ininterruptas de trabalho, a Polícia Civil de Minas Gerais (PCMG) apurou grave denúncia de maus-tratos contra internos de um asilo e prendeu, em flagrante, a proprietária Elizabete Lopes Ferreira, 47 anos, e a filha Poliana Lopes Ferreira, 27. Elas podem responder por tortura e desacato. O alvo da ação policial foi uma instituição particular que abrigava cerca de 50 idosos e pessoas com dificuldade de locomoção, no bairro Barreiro do Amaral, em Santa Luzia, Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). A clínica, que não possuía Alvará de Localização e Funcionamento, foi interditada pela Prefeitura.

Segundo a Delegada Bianca Prado, chegou ao conhecimento da PCMG, na manhã de quinta-feira (25), que os atendidos pelo asilo seriam vítimas de agressões e violência psicológica. Inclusive, dias antes, um dos idosos teria falecido ao dar entrada no hospital com quadro de desidratação. "Às 11h, fomos ao asilo. Lá pudemos verificar que as denúncias não só eram procedentes, mas muito mais sérias: encontramos tortura física e mental. Foi uma das situações que mais mexeram comigo em termos de degradação humana, vi um depósito de gente e não um abrigo", indigna-se.

A delegada constatou que havia internos de castigo, privados de alimentação, outros com estado de saúde debilitado, além de um ambiente insalubre, com uma fossa transbordando, onde eles passavam. Diante desse cenário, a PCMG acionou a Prefeitura para encaminhar as vítimas ao médico e tomar demais providências cabíveis. Imediatamente, sete foram levados para o hospital com quadros de suspeita de fratura, pneumonia, glicemia e pressão alteradas, ferida profunda e até mesmo uma idosa com afundamento craniano, que teria sofrido uma agressão recente.

Responsabilização

De acordo com Bianca Prado, além das duas mulheres presas, um cuidador que não estava presente no momento da vistoria ainda é alvo de investigação. Mas a Delegada faz um alerta: os familiares dos internos que não tomarem nenhuma medida também podem ser responsabilizados pelo crime de abandono de incapaz. "Infelizmente, ontem, não tivemos sucesso ao tentarmos contatos com as famílias, apenas duas retiraram seus parentes do local", observa.

O Secretário Municipal de Desenvolvimento Social, Wander Rosa de Carvalho Junior, informa que o asilo não faz parte do Conselho Municipal de Direito do Idoso e está irregular quanto a licenciamento. Ele informa, ainda, que uma equipe da área da saúde acompanha os assistidos que permanecem no local. "Já encaminhamos o caso para o Ministério Público e aguardamos decisão judicial para adotar outras medidas", assinala. Wander esclarece, ainda, que, primeiro, devem buscar a identificação de familiares e, não havendo êxito, providenciar a remoção deles para outros abrigos.